

## JUSTIFICATIVA PELA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Referência: Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração

Organização da Sociedade Civil: CLUBE DE CADEIRA DE RODAS JOÃO LEÃO DE CARVALHO ASSIS

CNPJ/MF: 01.960.918/0001-45

Endereço: Rua Travessa Campo Santo, 76, Vila Central, no município de Assis, Estado de São Paulo

Objeto Proposto: Empréstimo de cadeiras de rodas, muletas, andadores, bengalas, camas hospitalares e outros similares para o auxílio na recuperação física de pessoas com problemas permanentes ou temporários.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Valor total do Repasse: R\$ 3.127,50

Vigência: A partir do dia 19/05/2020 à 31/12/2020.

Tipo de Parceria: Termo de Colaboração

Justificativa pela inexigibilidade: A Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos em referência é a única em na região que desenvolve a atividade na forma proposta, conforme especificado no respectivo Plano de Trabalho, não existindo, por esta razão, outra entidade que tenha capacidade em firmar avença com a Administração, inviabilizando, portanto, a competição. A atividade objeto do plano de trabalho proposto é, portanto, de natureza singular e a entidade é a única que desenvolve a atividade proposta, sendo de grande relevância que os serviços ofertados sejam desenvolvidos no município mais próximo, em razão do deslocamento dos usuários. A referida entidade vem há anos desenvolvendo projetos em parceria com o Poder Público Municipal de maneira satisfatória em instalações adequadas, com condições materiais e capacidade técnica e operacional para e desenvolvimento das atividades e o cumprimento das metas estabelecidas. Ademais, a parceria será firmada mediante a transferência de recursos na forma de subvenção, nos termos do inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Com relação à presente justificativa será admitida impugnação, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público em até cinco dias da data do respectivo protocolo.

Com relação à presente justificativa será admitida impugnação, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público em até cinco dias da data do respectivo protocolo, como forma de atender o art. 38 caput da Lei Federal nº 13.019/2014.

Tarumã, 18 de maio de 2020.

**OSCAR GOZZI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**